MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ATA Nº 2921/2026 - CoordCGCCont (12.28.01.00.00.00.00.01)

Nº do Protocolo: 23083.030482/2026-01

Seropédica-RJ, 02 de julho de 2026.

ATA DA 19ª REUNIÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ) – DCCF/ICSA, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS, EM CONTINUIDADE À REUNIÃO INICIADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2026.

A reunião foi iniciada às dezesseis horas e vinte minutos do dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, de forma on-line, por meio do link: https://conferenciaweb.rnp.br/sala/sergio-correia-barbosa. Estiveram presentes de forma on-line os professores, Sergio Correia Barbosa, Antônio José Patrocínio Pereira, Leandro Fernandes de Jesus, Maria Aparecida do Nascimento Cavalcanti Marques e Rodolfo Rocha dos Santos. Os professores Alessandro Pereira Alves, Laura Letsch Soares e Cleia Silva, justificaram suas ausências. O **professor Sergio** deu início aos trabalhos, esclarecendo que, como havia dúvida quanto ao ponto exato em que a discussão anterior havia sido interrompida, sobretudo porque alguns temas foram debatidos em bloco, retomou a análise a partir do **objeto de avaliação 4.3 – Projetos extensionistas**, especificamente do **Atributo A**, segundo o qual **as atividades extensionistas contam com o protagonismo do estudante**, com os seguintes qualificadores: **1. em sua concepção; 2. em seu planejamento; 3. em sua execução; 4. na sua avaliação**. Destacou que a discussão deveria se concentrar nesses quatro qualificadores, embora reconhecesse que parte desse tema já havia, de certo modo, permeado debates anteriores, uma vez que os assuntos, por vezes, acabam se conectando com atributos discutidos mais adiante. Na sequência, propôs que a apreciação fosse feita em bloco, abrindo espaço para que os presentes se manifestassem livremente sobre os quatro qualificadores. Acrescentou que as atividades extensionistas já se encontram institucionalizadas, considerando que os professores precisam cadastrar as ações e apresentar os respectivos relatórios. Ponderou, então, que, caso algum docente trouxesse depoimento ou exemplo concreto de sua experiência, isso poderia ajudar na identificação e melhor compreensão desses qualificadores. **A professora Maria Aparecida** pediu a palavra e observou que o grupo já havia iniciado, em algum momento anterior, discussão relacionada a essa temática, ainda que misturada com outro tópico. Recordou que o Professor Antônio já havia falado um pouco sobre projetos que propõe em sala de aula, e destacou que o curso possui atividades nessa linha, embora ainda seja necessário fortalecê-las. Acrescentou que uma das questões já discutidas dizia respeito à necessidade de passar pontualmente pelos qualificadores para demonstrar que o curso capacita o aluno para desenvolver essa postura, isto é, para que ele tenha proatividade e se torne alguém capaz de conceber uma ideia e um projeto. Prosseguindo, **a professora Maria Aparecida** ponderou que, na prática atual, são os professores e, em certa medida, também os pais, em outra dimensão formativa, que concebem e planejam as ações, convidando posteriormente o aluno para executá-las. Assim, observou que, quando se lê esse atributo, a compreensão que lhe parece emergir é a de que a extensão deve ser realizada pelo aluno em sua integralidade, ou, ao menos, com protagonismo efetivo em todas as etapas. Nessa linha, destacou a necessidade de fazer com que o estudante compreenda esse tripé da universidade e, especialmente, a importância da extensão, para que seja capaz de identificar demandas externas e, a partir delas, propor ações. Ao desenvolver seu raciocínio, mencionou novamente o exemplo anteriormente trazido pelo Professor Antônio, no qual os alunos perceberam uma demanda fora da Universidade e, em vez de apenas serem convidados a executar algo já pronto, foram eles próprios que chamaram o professor para juntos, estruturarem uma proposta de atendimento a essa necessidade externa. Em sua avaliação, esse movimento se articula com as capacidades que o egresso precisa desenvolver, inclusive no sentido da proatividade, isto é, da capacidade de perceber o que pode ser feito e não apenas aderir a um projeto previamente concebido pelo docente, como no caso de ações em que se apresenta ao aluno um projeto já pronto e se diz apenas: “venha participar, venha ajudar na execução”. Concluiu observando que, se o aluno for perpassado por todos esses qualificadores, será possível demonstrar com mais clareza que ele está sendo efetivamente preparado para fazer extensão de fato, e não apenas para atuar como executor. O **professor Sergio** registrou concordância com a fala da Professora Aparecida e consultou os demais sobre a existência de outras considerações acerca do tema, destacando que o grupo ainda se encontrava no **item 4.3, atributo A**. Na sequência, a **professora Aparecida**, esclarecendo que não se tratava propriamente de uma réplica, mas de complemento à sua manifestação, destacou especificamente o qualificador 4, relativo à avaliação. Nesse ponto, chamou atenção para a importância de mensurar o impacto daquilo que é feito, de modo que o próprio aluno compreenda esse processo e que o curso disponha de métricas para efetivamente demonstrar os resultados alcançados. Observou que, embora isso já ocorra em alguma medida por meio dos relatórios e do registro do público atendido, é preciso ir além do simples número de atendimentos, buscando identificar o que de fato foi possível realizar diante da realidade daquela ação, daquele projeto e daquele público alcançado. Assim, sustentou que é necessário reforçar, tanto entre os docentes quanto junto aos alunos, a compreensão do início e do fim da

extensão: como a ideia é concebida e qual o impacto que se espera observar ao término da ação extensionista. O **Professor Sergio**, então, afirmou que a colocação reforça o ponto em discussão e observou que, na realidade atual, ainda é o professor quem apresenta a atividade. Ponderou que o ideal seria que o aluno fosse mais proativo também nessa etapa da concepção, trazendo ideias e sugestões capazes de enriquecer a ação e de fazê-lo assumir efetivamente papel de protagonista nesse novo contexto. Acrescentou que esse é um aspecto que ainda precisa ser trabalhado. Na parte final da discussão desse ponto, o **professor Sergio** informou que estabeleceria como limite de tempo o horário das 17 horas, considerando que a reunião havia se iniciado às 15 horas, ainda que com pequeno atraso. Esclareceu que sua intenção era verificar se seria possível, ao menos, fechar esse ponto e ainda tratar um pouco das ementas, com vistas à finalização do material para o Projeto Pedagógico do Curso. Em seguida, voltou a consultar os presentes sobre eventual nova intervenção acerca do tema e, não havendo outras manifestações, registrou que corroborava o entendimento exposto pela Professora Maria Aparecida, acrescido da observação final por ele feita, no sentido da necessidade de se trabalhar mais intensamente a proatividade discente na concepção das ações extensionistas. Na continuidade, o **professor Sergio** passou à apreciação do **Atributo B do item 4.3**, as **atividades extensionistas promovem**, com os seguintes qualificadores: **1. a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; 2. o enfrentamento de questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; e 3. a interação inovadora e sustentável com a comunidade**. Ao introduzir o ponto, observou que se tratava de atributo bastante profundo e registrou, ainda, que parte dessa temática já havia sido tangenciada no ponto anterior. **A Professora Maria Aparecida** manifestou-se no sentido de que, pela perspectiva daquilo que o curso promove e dentro de sua realidade, é possível afirmar que as ações desenvolvidas atendem a esse atributo, na medida em que são passíveis de provocar esse tipo de resultado. Ponderou, contudo, que o quanto ainda se pode avançar depende também de se estimular o aluno para que ele próprio perceba essa dimensão das ações extensionistas. O **professor Sergio** concordou com a observação e destacou, em especial, a densidade do qualificador relativo ao "enfrentamento de questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural", observando que se trata de formulação com profundidade maior e de difícil mensuração. Acrescentou que, em certas dimensões, não é simples identificar de que modo esse qualificador pode ser objetivamente aferido. Por outro lado, quanto ao item referente à "interação inovadora e sustentável com a comunidade", avaliou que esse aspecto já apresenta alguma efetividade, ao menos em determinadas dimensões das ações realizadas pelo curso. Na sequência, a **professora Maria Aparecida** ponderou que, quando o docente cadastra um plano de ação extensionista e o enquadra nos objetivos relacionados às ODS, acaba por inseri-lo em alguma categoria já mapeada como problema social relevante, como, por exemplo, temas ligados a emprego e renda ou educação. Segundo destacou, trata-se de problemas amplos, em relação aos quais a ação proposta passa a se apresentar como contribuição para a solução esperada. Nessa linha, observou que o próprio formulário institucional que os docentes são orientados a preencher já fornece esse direcionamento e contribui para dar maior clareza ao projeto. Acrescentou que, dentro do próprio projeto, especialmente na parte da justificativa, tende a ficar claro o que está sendo proposto e qual necessidade se busca atender, de modo que, quando o projeto é bem elaborado, ele próprio já evidencia o atendimento a esse atributo. O **professor Sérgio** registrou concordância com a colocação, reiterando, contudo, que o desafio maior reside na definição e materialização dos qualificadores em algumas dessas dimensões. Ainda assim, afirmou que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável auxiliam nesse encaminhamento e na compreensão do qualificador. Ao final, consultou os presentes sobre eventual nova manifestação e, não havendo outras intervenções, encaminhou a passagem para o ponto seguinte. Dando continuidade, o **professor Sergio** passou à apreciação do **Atributo C do item 4.3**, relativo ao **engajamento do público externo nas atividades extensionistas**, com os seguintes qualificadores: **1. é evidenciado por efeitos positivos e transformadores na comunidade; 2. é facilitado pela estrutura física disponibilizada, onde o estudante aplica os conhecimentos práticos, desenvolve projetos e interage com pessoas e organizações da comunidade**. Iniciando, **o Professor Sergio** observou que esse atributo lhe parecia bem caracterizado, ressaltando, contudo, que os qualificadores tendem a variar de projeto para projeto. Como exemplo, mencionou o projeto do Imposto de Renda, no qual, em sua avaliação, tais qualificadores estão muito bem definidos, com clareza e grande sinergia, além de apresentarem amplas possibilidades de mensuração. Ponderou, por outro lado, que há projetos que demandam outras características para que essa intenção se concretize e para que se possa definir melhor o qualificador. Prosseguindo, afirmou que, em alguns casos, como nas atividades relacionadas à perícia, podem surgir dificuldades específicas em relação a esses qualificadores. Mencionou também a auditoria, relatando experiência em que propôs aos alunos a avaliação dos controles internos dos locais em que atuavam. Segundo destacou, o trabalho foi sensacional, motivador e muito bem recebido pelos estudantes, mas os controles internos apresentavam tantos problemas que a situação gerou frustração, inclusive porque o material não pôde ser publicado, por questão ética, a fim de não expor o gestor. A partir disso, assinalou que, por vezes, existem dificuldades na própria operacionalização dos projetos extensionistas. Ao final, observou que sua fala talvez não esgotasse a discussão, mas registrou o entendimento de que cada caso tende a ser um caso: haverá projetos em que os qualificadores estarão muito claros e bem definidos, e outros em que haverá mais dificuldades. A **professora Maria Aparecida**, ao se manifestar, ponderou que ainda tinha dúvida sobre sua própria interpretação do atributo. Explicou que, quando se fala em engajamento do público externo e na necessidade de evidenciar efeitos positivos, entende que talvez seja necessário caminhar paralelamente com a pesquisa, de forma complementar à extensão, justamente para permitir melhor mensuração do impacto das ações extensionistas. Questionou, assim, de que maneira se poderia evidenciar que aquilo que o público recebeu foi satisfatório, como medir isso e como apresentar essa métrica. Nessa linha, a **professora Maria Aparecida** sugeriu que, sempre que possível, cada projeto de extensão pudesse caminhar paralelamente com alguma estratégia de pesquisa, a fim de cercar melhor essas dimensões. Trouxe como exemplo o próprio qualificador relativo à infraestrutura, observando que seria importante compreender também como o público percebe essa estrutura e se ele próprio gostaria que fossem ofertadas ações diferentes ou complementares. Segundo afirmou, esse tipo de percepção somente pode

ser captado por meio de pesquisa. Destacou, então, que talvez ensino, pesquisa e extensão ainda estejam sendo conduzidos de maneira excessivamente independente, quando, na verdade, deveriam se comunicar com mais intensidade, inclusive dentro da lógica interdisciplinar do tripé universitário. Concluiu afirmando que a métrica, nesse ponto, poderia ser bastante facilitada pela pesquisa. O **professor Sergio** registrou que considerou a sugestão sensacional, observando que, inclusive no exemplo por ele relatado, esse tipo de pesquisa deveria ser feito tanto com os alunos quanto com as pessoas envolvidas no trabalho extensionista. Em seguida, a **professora Maria Aparecida** acrescentou que talvez fosse possível criar algum mecanismo, como um questionário, para esse fim. O **professor Sergio** acolheu a proposta, sugerindo que esse questionário pudesse ser aplicado ao final da ação extensionista, justamente para colher opiniões e avaliar a percepção dos envolvidos. Ressaltou que isso tornaria o qualificador muito mais mensurável, especialmente em termos de satisfação, pontos positivos e pontos negativos. Observou, porém, que, diante do tempo exíguo, essa pesquisa deveria ser objetiva, provavelmente estruturada em formato de questionário. A **professora Maria Aparecida** complementou que essa estratégia teria de caminhar junto com o projeto, ressaltando que ações muito pontuais ou isoladas podem não comportar esse acompanhamento da mesma forma. O **Professor Sergio** concordou e reiterou que a aplicação ao final seria adequada. Acrescentou, ainda, que essa proposta de pesquisa pode permear diversos atributos da dimensão 4, permitindo inclusive segmentar a análise por atributos e, quando necessário, criar qualificadores para aspectos ainda pouco definidos. Reforçou, assim, seu entusiasmo com a sugestão apresentada. No final da discussão, a **professora Maria Aparecida** observou, em tom leve, que a expressão "facilitado pela estrutura física" parece, em certa medida, destoar da realidade, como se "facilidade" e "estrutura física" nem sempre andassem juntas. O **professor Sergio** concordou com a observação. A **professora Maria Aparecida** acrescentou que ainda é necessário cobrar muito mais nesse ponto, para que se possa mensurá-lo de maneira efetivamente positiva. Por fim, o **professor Sergio** ponderou que essa reflexão pode ser incorporada e descrita no Projeto Pedagógico do Curso, considerando tratar-se de sugestão pertinente, e, em seguida, encaminhou a passagem ao próximo item. Na sequência**,** o **professor Sérgio** passou à apreciação do **Atributo D do item 4.3**, relativo ao fato de que **as atividades extensionistas são organizadas de modo a**: **qualificadores: 1. atender a comunidade de modo permanente; 2. oferecer serviços vinculados ao eixo específico de formação do curso; 3. promover ampla divulgação dos dias e horários de atendimento**. Observou que, também nesse caso, a análise depende das características de cada projeto extensionista. Como exemplo, mencionou o projeto do Imposto de Renda, destacando que, embora possua periodicidade anual, é oferecido de forma permanente dentro da lógica institucional do curso. Assinalou, assim, que o curso já conta com projetos que apresentam essa característica. Continuando, o **professor Sergio** mencionou o Núcleo de Práticas, observando que, fora do período específico do projeto do Imposto de Renda e do cronograma do Governo Federal, o Núcleo continua atendendo demandas ao longo de todo o ano. Relatou, inclusive, que, do ano anterior até aquele momento, havia acompanhado duas demandas relacionadas a problemas em declaração de imposto de renda de servidores da Universidade, situações que não haviam sido atendidas pontualmente no período regular da declaração, mas que acabaram sendo acolhidas posteriormente no âmbito do Núcleo. Ponderou, contudo, que essa consultoria ainda não se encontrava formalmente caracterizada como projeto, razão pela qual seria importante pensar essa estruturação no âmbito do Núcleo de Práticas, a fim de consolidá-la como atividade de caráter permanente. Ressaltou que, na prática, trata-se de atendimento à comunidade em caráter contínuo. Ainda nesse ponto, o **professor Sergio** citou o projeto da professora Heloisa, o MEI em Ação, afirmando que, em um primeiro momento, o percebeu como projeto com característica permanente, por ter oferecido suporte durante período bastante longo. Acrescentou, no entanto, que seria necessário verificar, especialmente no âmbito do Núcleo de Práticas, se essa iniciativa vem sendo estruturada e apresentada de forma extensionista dentro do novo modelo. Consultou, então, os presentes sobre eventual manifestação a respeito. A **professora Maria Aparecida** ponderou que a oferta das ações realmente depende das características de cada projeto e que a questão da divulgação está diretamente vinculada ao cronograma de execução. Observou que a ideia de manter projetos com perfil mais permanente, como ocorreu com o MEI, contribui para ampliar a visibilidade das ofertas do curso e daquilo que o curso realiza de maneira geral. Acrescentou, contudo, que, no que já é feito atualmente, a divulgação ocorre de forma imediata, com circulação constante das informações para os alunos. Em sua avaliação, o curso atende bem esse item, embora ainda possa aprimorá-lo. O **professor Sergio** concordou com a observação e acrescentou que, no âmbito do Núcleo de Práticas, vem dialogando com o professor Antônio sobre uma nova demanda envolvendo uma empresa conduzida financeiramente por uma ex-aluna, cuja necessidade estaria relacionada à precificação. Informou que teriam uma reunião no dia seguinte e que se trataria de trabalho específico de consultoria, intermediado pelo Professor Antônio. Ressaltou que esse trabalho também poderia adquirir caráter permanente, justamente por envolver demanda concreta e continuada de precificação. Observou, ainda, que essa iniciativa poderá ser muito interessante para o desenvolvimento do Núcleo e adiantou que será necessário inscrevê-la como atividade extensionista, tema que pretendia inclusive mencionar à aluna responsável. Registrou, ao final, que o áudio do Professor Antônio não estava funcionando naquele momento e, na ausência de novas manifestações, deu por encerrada a discussão desse item. Encerrado o item 4.3, o **professor Sergio** passou ao **objeto de avaliação 4.4 – Formação profissional: práticas e competências para o mundo do trabalho contemporâneo**, registrando, inicialmente, que ainda haveria também o item **4.5**, razão pela qual seria necessário otimizar o tempo. Informou que trabalharia cada atributo em bloco. Dando início ao **Atributo A, do item 4.4,** relativo ao fato de que **as práticas profissionais integradas ao curso**: **1. contribuem para o desenvolvimento de competências dos estudantes, articulando teoria e prática; 2. possibilitam vivências que aproximam os estudantes de situações reais de tomada de decisão, mediação de conflitos e inovação organizacional; 3. estão alinhadas às demandas do mundo do trabalho contemporâneo, considerando ética, responsabilidade social, diversidade e sustentabilidade; 4. estão contempladas transversalmente nos componentes curriculares do curso; 5. envolvem preparação para o exercício profissional, exames e certificações externas.** O **Professor Sergio** fez uma consideração preliminar no sentido de que percebe certa redundância em alguns aspectos dessa dimensão. Em sua avaliação, o

curso contempla boa parte desses qualificadores, ressalvando apenas o item 3, que lhe parece mais difícil de mensurar, justamente por reunir quatro dimensões densas: ética, responsabilidade social, diversidade e sustentabilidade. Nesse contexto, mencionou que a sugestão anteriormente apresentada pela Professora Maria Aparecida, de utilização de questionários ou instrumentos de pesquisa, poderia ajudar na mensuração desse tipo de aspecto. Acrescentou que, quanto à transversalidade, o grupo já havia discutido a necessidade de contemplar esses temas no novo projeto, desde o primeiro período até o final do curso. Observou, ainda, que o item referente à preparação para o exercício profissional, exames e certificações externas, por sua vez, constitui qualificador mais facilmente comprovável. Na ausência de manifestações adicionais, registrou que aquela era sua percepção global sobre o atributo e encaminhou a passagem ao item seguinte. Dando continuidade, **o professor Sergio** passou ao **Atributo B, do item 4.4**, segundo o qual **as vivências curriculares e extracurriculares promovem o desenvolvimento de competências profissionais que**: **qualificadores: 1. estimulam cooperação, escuta ativa, liderança e tomada de decisão utilizando metodologias colaborativas; 2. desenvolvem a capacidade crítica, de resolução de problemas complexos e de adaptação a contextos dinâmicos e multiculturais; 3. abordam a conduta ética de forma transversal, com estímulo à responsabilidade social e análises de dilemas organizacionais reais; 4. reforçam a inserção responsável e inovadora do egresso em ambientes organizacionais, jurídicos, quando for o caso, e sociais**. Afirmou que, em sua avaliação, o curso atende a muitos desses qualificadores. Mencionou que várias das atividades desenvolvidas no curso são desafiadoras e envolvem estudos de casos reais, citando, como exemplo, as disciplinas de Perícia, Auditoria e Controladoria, nas quais são trabalhados casos concretos e situações reais de empresas. Em seguida, o **professor Sergio** fez consideração específica sobre a questão da inovação, observando que trabalha esse tema em sua disciplina de Controladoria. Relatou que utiliza material da Revista Valor Econômico, da qual é assinante, especialmente conteúdos relacionados ao prêmio de empresa mais inovadora, que traz critérios de avaliação e mensuração. Explicou que costuma pedir aos alunos que selecionem uma empresa entre as primeiras colocadas do ranking e analisem o contexto da avaliação, as estratégias adotadas e os elementos de inovação. Citou, por exemplo, a Natura, que, segundo recordava, havia figurado em posição de destaque nesse tipo de premiação. Destacou que esse exercício desperta o interesse do aluno e planta uma semente importante em relação à inovação, ao fazer com que ele se pergunte o que determinada empresa está fazendo de diferente e por que alcançou esse reconhecimento, em temas que, muitas vezes, não estavam inicialmente dentro de sua perspectiva de pesquisa. Ao final, registrou que esse tipo de abordagem é fundamental para fomentar uma visão inovadora, a partir da observação da experiência de empresas premiadas. A **professora Maria Aparecida**, então, pediu a palavra e observou que, quando o atributo menciona vivências curriculares e extracurriculares, o estágio surge como elemento importante, pois tem justamente o objetivo de estimular a prática daquilo que é trabalhado teoricamente em sala de aula. Nesse sentido, avaliou que o estágio favorece a mensuração de quesitos ligados à ética, à sustentabilidade e às demais competências referidas no atributo. Acrescentou, ainda, que outra estratégia importante seriam as visitas técnicas, pois, caso pudessem ser proporcionadas de forma mais recorrente, auxiliariam na avaliação e na mensuração de como o aluno é exposto a situações mais reais do ambiente profissional. Continuando, a **professora Maria Aparecida** mencionou também os jogos empresariais ou simuladores de ambiente empresarial, nos quais o aluno se posiciona em função estratégica dentro de uma organização hipotética. Observou que, em experiências desse tipo, o estudante assume papel de gestor ou de agente decisor dentro da organização simulada, o que o coloca diante de problemas mais próximos da realidade do que aqueles abordados apenas de forma teórica em sala de aula. Recordou, inclusive, que o Professor Alessandro já havia desenvolvido atividade semelhante com alunos em outro momento. Para ela, esse tipo de dinâmica pode e deve ser estimulado, justamente por favorecer o desenvolvimento dessas capacidades e competências, somando-se ao estágio como instrumento importante de formação prática. O **professor Sergio** registrou concordância com a colocação, sintetizando que, nesses casos, o aluno está efetivamente vivenciando a realidade das empresas e do mercado, de modo que tais experiências, curriculares e extracurriculares, contribuem para o desenvolvimento de competências voltadas à sua inserção no mundo do trabalho. Ao final, consultou os presentes sobre eventual nova consideração a respeito do tema. Não havendo manifestação, passou para o item seguinte. Na sequência**,** o **professor Sergio** informou que passaria ao próximo ponto, recordando que o grupo ainda se encontrava no **objeto de avaliação 4.4 – Formação profissional: práticas e competências para o mundo do trabalho contemporâneo**. Em seguida, passou ao **Atributo C do item 4.4**, segundo o qual **a articulação entre práticas profissionais e competências contempla** os qualificadores: **1. estudos sobre competências de mediação, de negociação, de informação, digitais e interculturais; 2. a integração entre projetos extensionistas, estágios, clínicas jurídicas, núcleos de prática profissional ou empresa; 3. o estímulo ao protagonismo estudantil em atividades que dialoguem com desafios locais, regionais e globais; 4. evidências de impacto social, econômico ou institucional das práticas formativas, mensuradas por indicadores de resultado; 5. atividades em escritórios de práticas profissionais, escritórios-modelo, empresa júnior ou equivalentes; 6. participação ativa do corpo docente nas ações de orientação**. Ao comentar o ponto, o **Professor Sergio** observou que, no que diz respeito à prática, o curso ainda precisa avançar em alguns aspectos. Mencionou, nesse contexto, o Núcleo de Práticas, afirmando que há, na Universidade, demanda contínua por parte das empresas juniores já constituídas, muitas das quais enfrentam dificuldades relacionadas à manutenção de um serviço contábil contínuo. Segundo destacou, muitas dessas empresas não possuem a devida preparação e, em diversas situações, deixam problemas se acumularem por não procurarem acompanhamento contábil adequado. Diante disso, informou que vem avaliando um modelo de parceria com um ou dois escritórios de contabilidade, para que esses prestem suporte às empresas, considerando que o próprio Núcleo não pode assumir diretamente a prestação contínua de serviços contábeis, como elaboração da contabilidade, folha de pagamento, apuração de tributos e cumprimento de obrigações acessórias. Na sequência, o **Professor Sergio** trouxe exemplo concreto, relatando que, no final do ano anterior, uma empresa júnior de Nova Iguaçu solicitou ajuda, pois havia acumulado mais de R$ 20 mil em multas de DCTF. Explicou que orientou a equipe quanto à possibilidade de reduzir esse

passivo, uma vez que a empresa não estava em funcionamento e não havia emitido nota fiscal, situação em que seria possível declarar a inatividade, fazendo com que a Receita processasse a informação e reconhecesse essa condição, de modo que o valor devido se restringisse, em essência, à multa correspondente ao mês de janeiro do respectivo ano. Com isso, segundo explicou, a multa total poderia cair significativamente, de pouco mais de R$ 20 mil para algo em torno de R$ 2 mil ou R$ 3 mil. Acrescentou que situações semelhantes já haviam sido tratadas pelo Núcleo, anteriormente escritório de práticas, inclusive em apoio a algumas ONGs, ressaltando que, em muitos casos, os problemas se avolumam também por limitações materiais, como a ausência de computador e software. A partir desses exemplos, o **professor Sergio** concluiu que essas empresas necessitam de assessoria contínua, o que, em sua avaliação, constitui um desafio importante para o curso, especialmente diante do qualificador referente a atividades em escritórios de práticas profissionais, escritórios-modelo, empresa júnior ou equivalentes. Nesse sentido, observou que um avanço relevante seria conseguir estruturar solução capaz de atender de forma mais ampla a esse tipo de demanda. Explicou, então, que a ideia da parceria em estudo consiste em fazer com que a empresa parceira preste o serviço, enquanto ele próprio coordena e orienta o processo junto com a empresa, mantendo um aluno envolvido na atividade como parte de seu processo de aprendizagem. Acrescentou que a participação ativa do corpo docente nas ações de orientação também está prevista nessa modelagem. Ao final, destacou que, nas demais atividades de consultoria, o curso já contempla boa parte do que se espera, entendendo que o que ainda falta é integrar tudo isso de maneira mais orgânica dentro do Núcleo, já que, em sua concepção, todas as atividades da grade curricular estão nele previstas, permitindo que os professores desenvolvam projetos utilizando não apenas a estrutura física, mas também os recursos atualmente disponibilizados. Dando continuidade, o **professor Sergio** dirigiu-se à **Professora Maria Aparecida**, observando que ela também poderia contribuir sobre o tema. Em resposta, a **professora Maria Aparecida** afirmou que corroborava a exposição feita, especialmente no ponto em que o Núcleo consegue abarcar diversas dessas dimensões e permite demonstrar que o curso realiza parte importante dessa articulação entre prática e competências. Acrescentou, contudo, que também enxerga, nesse atributo, a necessidade de o aluno perceber o seu entorno, o que, em sua avaliação, se relaciona diretamente com o item 3, relativo ao protagonismo estudantil diante dos desafios identificados na comunidade. Prosseguindo, a **professora Maria Aparecida** recordou discussão anterior sobre projeto desenvolvido junto a prefeituras, envolvendo participação discente em políticas públicas e em processos de elaboração orçamentária, e ponderou que talvez fosse o caso de retomar iniciativas dessa natureza. Em sua visão, seria importante estimular projetos que levem o aluno mais para fora da Universidade, para além do Núcleo de Práticas, de modo que ele não apenas atenda às demandas que chegam ao curso, mas também seja capaz de ir ao encontro de problemas que ele próprio perceba na realidade externa. Ressaltou, assim, que não se deve colocar tudo apenas "na conta do Núcleo", até porque o próprio Núcleo enfrenta limitações estruturais e de infraestrutura que podem restringir seu alcance e sua capacidade de atendimento. Concluiu defendendo que, embora o Núcleo seja espaço muito importante para demonstrar vários desses qualificadores, é igualmente necessário convidar os professores a proporem projetos que estimulem o aluno a buscar e enfrentar problemas identificados por ele mesmo em seu entorno. Ao final, o **Professor Sergio** registrou concordância com as observações e encaminhou o fechamento do item 4.4. Retomando os trabalhos, o **professor Sergio** informou que passaria ao último item, correspondente ao **objeto de avaliação 4.5 – Espaços de trabalho prático acadêmico destinados ao desenvolvimento de projetos e/ou atendimento da comunidade acadêmica e da sociedade**. Esclareceu que, nesse item, havia três atributos, iniciando a discussão pelo **Atributo A, do item 4.5, Qualificadores: 1. possuem quantitativo de equipamentos adequado ao número de alunos para o atendimento à comunidade; 2. atendem às condições de acessibilidade e inclusão**. Ao iniciar a discussão, a **professora Maria Aparecida** destacou que esse ponto precisava ficar muito claro, inclusive para que o grupo já pudesse pensar na necessidade de cobrar providências, caso as condições exigidas não estejam presentes. Esclareceu que se referia especificamente ao qualificador 2, relativo à acessibilidade, por entender que se trata de aspecto objetivo, em relação ao qual não há subjetivismo: ou o ambiente atende às condições de acessibilidade e inclusão, ou não atende. Nesse sentido, ponderou que não basta existir, por exemplo, escada ou mecanismo improvisado com apoio de funcionário, pois a acessibilidade pressupõe autonomia plena da pessoa, citando como exemplo a necessidade de que uma cadeira de rodas possa ingressar livremente no espaço, sem dependência de terceiros. Assim, defendeu que esse registro constasse da ata, inclusive para permitir que se pense, desde logo, na exigência de verificação das condições de acessibilidade do espaço atualmente utilizado pelo Núcleo. Em relação ao qualificador 1, a **professora Maria Aparecida** observou que o grupo também precisa refletir sobre a forma como responderá aos avaliadores quanto ao número de alunos efetivamente alcançados por esses espaços e atividades. Destacou que, quando se pensa em extensão, considera-se que o aluno deva ter em seu currículo pelo menos 10% de carga horária extensionista, havendo, em certa medida, aproximação entre extensão e prática, ainda que em alguns momentos essas dimensões se confundam. A partir disso, ponderou que a expectativa dos avaliadores tende a ser a de que todos os alunos participem dessas experiências, e não apenas os mais proativos. Para ilustrar sua preocupação, mencionou experiências anteriores, como a do projeto do MEI, desenvolvido pela Professora Heloísa, que conseguiu ofertar estágio a determinado número de alunos, mas que, se comparado ao universo total do corpo discente, representa ainda parcela pequena. Nessa linha, observou que os avaliadores vão querer saber se os alunos estão, de fato, sendo capacitados. Assim, se existe um ambiente que oferece essa possibilidade, mas apenas 5% ou 10% dos alunos efetivamente passam por essa atividade, isso não seria suficiente, por si só, para afirmar que o curso está capacitando adequadamente seus estudantes. Prosseguindo, a **professora Maria Aparecida** assinalou que será necessário refletir sobre alternativas de rodízio ou outras estratégias de organização, especialmente se o quantitativo de equipamentos disponível estiver muito aquém do necessário para atender ao número de alunos do curso. Observou que, no caso do espaço atualmente existente, sequer recordava com exatidão quantos computadores havia na sala do Núcleo, se cinco ou seis, e chamou atenção para a necessidade de relacionar esse número à quantidade de alunos que passam pelo local diariamente, à eventual oferta em dois turnos e ao total de estudantes de um semestre que, ao final, poderiam ser efetivamente capacitados. Ao concluir, **a professora Maria Aparecida** reforçou a necessidade

de cautela para que não se coloque toda a responsabilidade “na conta do Núcleo”, quando, na prática, ele atende apenas um número reduzido de alunos. Defendeu, portanto, que o grupo aprofunde essa discussão, quantifique com precisão a estrutura disponível e reflita sobre a melhor forma de responder ao MEC, à luz do que os avaliadores provavelmente esperam encontrar como evidência de atendimento a esse atributo. O **professor Sergio** se manifesta concordando. Na sequência, o **professor Sergio** passou à apreciação do **Atributo B, do item 4.5**, relativo aos **equipamentos**, **com os qualificadores: 1. possuem licenças necessárias dos softwares utilizados, quando for o caso; 2. atendem às necessidades para o desenvolvimento do perfil e das competências dos egressos; 3. são acessíveis para estudantes com deficiência ou outras necessidades; 4. possibilitam o acesso real ou simulado a sistemas de processo eletrônico e/ou outras iniciativas práticas e simuladas**. A **Professora Maria Aparecida** observou que, nesse ponto, já há certo grau de subjetividade na forma de responder aos avaliadores. Como exemplo, mencionou que, no âmbito das atividades realizadas no Núcleo, especialmente no atendimento relacionado ao Imposto de Renda e a outras demandas junto à Receita Federal, não há necessidade de softwares específicos de maior complexidade, uma vez que os recursos necessários são, em grande parte, passíveis de download e utilização. Assim, ponderou que, sob esse aspecto, é possível sustentar que o curso dispõe de meios para atender a essas demandas. A **professora Maria Aparecida** destacou também que, quando se pensa em software mais abrangente, especialmente voltado à prática contábil integral, a situação exige maior cuidado na forma de apresentação aos avaliadores, porque o curso não dispõe de software completo com licença paga e ampla funcionalidade profissional. Observou que, embora isso fosse desejável para proporcionar treinamento mais robusto aos alunos, a realidade atual é a utilização de versão acadêmica, com uso restrito. Ainda assim, ponderou que, no que se refere ao item 4, o curso consegue atendê-lo adequadamente, na medida em que oferece acesso real ou simulado por meio dos softwares disponíveis e de acesso livre. Segundo afirmou, isso permite responder positivamente quanto à simulação e, em relação ao acesso real, atender sobretudo no campo do Imposto de Renda, ainda que não se alcance, em sua integralidade, toda a prática contábil de um escritório profissional. Concluiu dizendo que, com os recursos hoje disponíveis, talvez seja possível demonstrar aos avaliadores que o curso atende, dentro de seus limites, a esse atributo, embora não disponha de um “escritório 100% completo”, justamente pela ausência de software pago com todas as funcionalidades. O **professor Sergio** concordou, observando que, no caso específico do Alterdata, apesar de se tratar de versão gratuita, a situação se encontra hoje regularizada, de modo que os alunos têm acesso ao software. A **Professora Maria Aparecida** complementou dizendo que essa versão se assemelha, em certa medida, à versão profissional. O **professor Sergio** , então, ressaltou que houve evolução nesse aspecto, uma vez que o aluno já consegue praticar com o sistema, o que representa avanço importante e pode ser mostrado aos avaliadores. Em seguida, o **professor Sergio** chamou atenção para outra problemática relevante, relacionada aos laboratórios de prática, observando que há espaço com vários equipamentos, porém com dificuldades frequentes de utilização, especialmente quanto ao acesso à internet e ao funcionamento de alguns computadores. Destacou que esse atributo acaba permeando todas essas questões, sobretudo quando se pensa no atendimento à comunidade acadêmica e externa e no acesso dos alunos às atividades práticas. Ao final, registrou o entendimento de que o curso ainda precisa avançar nesse aspecto estrutural. O **professor Sérgio** passou para o **Atributo C, do item 4.5**, **serviços oferecidos**, **qualificadores: 1. atendem às demandas da comunidade; 2. possuem equipe de atendimento formada por estudantes e professor(es) orientador(es) designados; 3. são prestados de forma regular; 4. são documentados pelos estudantes e pelo docente**. Ao iniciar o item, o **professor Sergio** afirmou entender que o curso atende a esse atributo, ainda que de forma particularizada em cada projeto e em cada situação específica. Ressaltou, contudo, que a discussão volta a esbarrar na questão anteriormente levantada pela **professora Maria Aparecida**, relativa à quantidade de alunos efetivamente envolvidos nas atividades. Ponderou que o qualificador referente ao atendimento das demandas da comunidade exige atenção maior quanto à forma como o curso escuta essa comunidade e percebe suas necessidades. Observou que, em grande medida, o que se realiza hoje são projetos-padrão, mais típicos da área de Ciências Contábeis, e defendeu que é necessário ampliar esse olhar para identificar outras demandas que eventualmente possam ser atendidas. Como exemplo, mencionou a possibilidade de orientação à comunidade em temas práticos, como direitos e obrigações de empregados domésticos, ainda que reconhecendo que esse exemplo possa tangenciar mais diretamente a área jurídica. Sua intenção, segundo esclareceu, era destacar que o curso ainda não possui mecanismos consistentes de escuta da comunidade, razão pela qual seria importante criar instrumentos nesse sentido, seja a partir dos projetos já desenvolvidos, seja de forma mais ativa. Em sua avaliação, isso permitiria encerrar esse bloco com mais segurança. Diante da colocação, o **professor Sergio** afirmou que a fala da professora Maria Aparecida lhe trouxe uma ideia, retomando a sugestão anteriormente debatida de realizar pesquisas ao final de cada projeto extensionista. A partir disso, propôs que também pudesse ser realizada pesquisa junto às empresas da comunidade do entorno, justamente para identificar essas demandas. A **Professora Maria Aparecida** concordou com a linha de raciocínio, relacionando-a inclusive ao exemplo anteriormente citado pelo professor Sergio sobre consultoria prestada a empresa vinculada a aluno do curso. O **professor Sergio** desenvolveu a proposta, sugerindo que essa pesquisa pudesse ser incorporada ao projeto como ação periódica, possivelmente com frequência anual, e que os próprios alunos fossem envolvidos nesse processo, inclusive indo até a comunidade para aplicação de questionários e construção desse intercâmbio entre comunidade e Universidade. Destacou que seria importante registrar essa proposta nesse item, por entender que ela ajudaria a caracterizar melhor os demais qualificadores. Ao final, consultou os presentes sobre eventual novo registro e, não havendo outras manifestações, encaminhou o fechamento do item, registrando, em tom descontraído, satisfação por terem concluído essa etapa da discussão. Após uma pausa, o **professor Sergio** sugeriu passar ao próximo item da pauta, relativo às **ementas das disciplinas**. Esclareceu que o professor Alessandro ainda não havia informado quais ementas estariam faltando para a elaboração final do material, razão pela qual o ponto ficaria aberto para manifestações dos presentes. Registrou, a título de exemplo, que, em seu caso, vinha trabalhando com as ementas de Controladoria, Perícia e Auditoria. Prosseguindo, o **professor Sergio** relatou que havia tratado do tema com o Professor Alessandro e que, a partir dessa conversa, identificou-se a

necessidade de uma tarefa complementar relacionada às referências bibliográficas. Explicou que compartilhou com ele sua experiência anterior na iniciativa privada e relembrou que, em avaliações do MEC, o avaliador verifica diretamente os livros e a bibliografia disponível. Acrescentou que, posteriormente, o Professor Alessandro encaminhou orientação por e-mail indicando quantitativos mínimos para as referências, mínimo de três títulos básicos e cinco títulos complementares, observando ainda a necessidade de quantitativo físico ou digital compatível com o número de alunos, notadamente um exemplar para cada quinze alunos no caso da bibliografia básica, além de, no caso da complementar, pelo menos dois exemplares ou acesso digital. Mencionou que, na disciplina de Perícia, utiliza dois livros disponíveis no site do CRC, que pretende indicar como bibliografia básica, inclusive por se tratar de materiais gratuitos, cujos direitos autorais já foram cedidos, o que facilitaria sua utilização. Apesar disso, o **professor Sergio** chamou atenção para o fato de que os livros precisam constar da biblioteca da Universidade, o que exige providências institucionais. Nesse ponto, relatou que, segundo orientação recebida do Professor Alessandro, as ementas precisam estar atualizadas e, a partir disso, será necessário reunir os livros indicados nas atualizações para encaminhar solicitação formal de aquisição, por entender que a compra de livros é responsabilidade da Instituição. Assim, informou que esse encaminhamento já estaria, em linhas gerais, definido: cada professor que atualizou sua ementa deverá elaborar a relação dos livros a serem adquiridos, a exemplo de levantamento semelhante feito anteriormente pelo Professor Rodolfo. Mencionou, inclusive, que pretende repassar esse ponto ao Professor Alessandro quando de seu retorno. Diante da menção feita, o **professor Sergio** dirigiu-se ao **professor Rodolfo**, perguntando se ele ainda estava presente na reunião e se teria condições de contribuir sobre esse histórico. O **professor Rodolfo** confirmou que estava acompanhando e relatou que se recordava do levantamento realizado, possivelmente em 2018, posteriormente atualizado, embora sua lembrança já estivesse um pouco remota. Informou que, à época, havia verba específica da biblioteca para compra de livros, vinculada a edital próprio, o que exigia aproveitamento dentro de determinado prazo. Acrescentou que, em razão da existência de um teto financeiro, procurou limitar a indicação, em média, a dois livros por disciplina, pois, se fossem solicitados todos os títulos sugeridos em todas as ementas, o valor ultrapassaria o limite disponível. Explicou, ainda, que muitas disciplinas dialogavam entre si, sobretudo na base da Contabilidade, com repetição de obras centrais, o que também foi considerado no levantamento. O **professor Rodolfo** acrescentou que, posteriormente, afastou-se e não soube mais informar o que foi efetivamente feito com aquela relação. Recordou apenas que, em momento posterior, alguém lhe solicitou a lista atualizada, que foi encaminhada, embora não soubesse dizer qual foi o desdobramento, mencionando não se recordar se o pedido partira da Professora Cléia. Diante disso, o **professor Sergio** perguntou se ele ainda possuía essa lista, ao que o **professor Rodolfo** respondeu afirmativamente, esclarecendo tratar-se, porém, de material produzido há alguns anos. A **professora Maria Aparecida** interveio para recordar que a atualização dessa lista ocorreu ainda durante o período da pandemia. Em seguida, ponderou que, na prática, as obras consultadas já contam hoje com mais de cinco anos, o que representa problema relevante diante da expectativa do MEC de que as publicações bibliográficas apresentem atualização dentro desse intervalo temporal. Observou, então, que isso cria dificuldade para o curso, porque, além de os livros não terem sido efetivamente adquiridos à época, ainda que tivessem sido comprados, muitos já estariam desatualizados. Em sua avaliação, tratou-se, infelizmente, de um trabalho que acabou não produzindo o efeito esperado. O **professor Sergio**, então, solicitou ao **professor Rodolfo** que lhe encaminhasse essa última lista, independentemente do tempo decorrido. O **professor Rodolfo** concordou, afirmando que procuraria a versão mais recente em seus arquivos e a enviaria. Em seguida, o **professor Sergio** observou que não sabia se o Professor Alessandro já possuía esse material, mas que, de todo modo, iria posicioná-lo sobre a existência dessa última relação elaborada pelo Professor Rodolfo, até mesmo para que pudesse fazer uma análise preliminar mais rápida. O **Professor Rodolfo** ponderou que, independentemente de como esteja atualmente o processo de compra na biblioteca, será necessário prestar atenção à questão da quantidade de livros por ementa, considerando que, se cada professor indicar livremente o máximo de obras que considera ideal, o total poderá se tornar inviável. O **professor Sergio** registrou concordância e agradeceu a observação. Por fim, a **professora Maria Aparecida** relembrou que, à época do levantamento anterior, houve reunião com os professores justamente para delimitar esse quantitativo de forma pactuada, tendo o Professor Rodolfo explicado as restrições existentes e solicitado que cada docente indicasse suas obras dentro do limite definido. Acrescentou, contudo, que, se naquele momento o problema já era de restrição financeira, a situação atual se mostra ainda mais delicada, pois, em sua percepção, hoje já não há sequer esse recurso disponível.

Na sequência, o **professor Sergio** informou, aliviado, que chegou ao último item da pauta: Regimento do TCC. Esclareceu que a Professora Cléia havia inserido, no documento, uma versão com diversas sugestões, mas que não poderia participar daquela reunião por estar de férias. Diante disso, ponderou que seria importante ouvir o professor Leandro sobre a conveniência de discutir ou não o tema naquela oportunidade, já que a professora Cléia não estaria presente para defender as observações registradas por ela no texto. O **professor Leandro** respondeu que já havia encaminhado o material ao professor Antônio para apresentação e manifestou entendimento de que a discussão poderia, sim, ocorrer, uma vez que alguns pontos ainda poderiam receber contribuições dos demais presentes, mencionando nominalmente a professora Maria Aparecida, o professor Sergio, o professor Antônio e o professor Rodolfo. Acrescentou que as sugestões da professora Cléia estavam mapeadas no arquivo encaminhado e que também poderiam ser apreciadas durante a discussão. O **professor Sergio**, então, consultou o Professor Leandro sobre se ele também havia mapeado as sugestões apresentadas pela professora Cléia, ao que este respondeu afirmativamente. Diante disso, o professor Sergio passou a condução do assunto ao professor Leandro, registrando que ele ficaria responsável pela apresentação do último item da pauta. Após breve ajuste técnico para compartilhamento da tela, com auxílio do Professor Antônio, o professor Leandro iniciou a exposição. Ao apresentar o tema, **o professor Leandro** esclareceu que a proposta de atualização do Regimento do TCC decorre, em primeiro lugar, da necessidade de adequação às novas diretrizes curriculares, com atualização de nomenclaturas e termos utilizados no documento. Em seguida, destacou que outro objetivo central da revisão é a redução dos anexos e documentos exigidos no processo de TCC, mencionando, entre eles, o termo de

compromisso do orientador, o termo de compromisso do estudante, a autorização para publicação e a declaração relativa a plágio. Segundo explicou, a intenção é simplificar o fluxo documental que vinha sendo exigido ao longo dos últimos anos, inclusive no SIPAC, reduzindo a quantidade de documentos que precisavam ser encaminhados à Coordenação. O **professor Leandro** registrou ainda que outro ponto importante da revisão diz respeito ao uso da inteligência artificial (IA), tema que ganhou destaque recentemente. Mencionou, inclusive, que haviam circulado orientações recentes sobre o assunto no grupo, encaminhadas pelo Professor Sergio e pela professora Fabrícia, embora não tivesse tido tempo de proceder à leitura integral do material antes da reunião. Ainda assim, informou ter incluído algumas disposições preliminares no regimento, especialmente no sentido de prever a participação do professor, em conjunto com o aluno, na orientação quanto ao uso da IA, de forma a garantir integridade acadêmica e respeito aos padrões éticos. Além disso, destacou que a revisão também procura tratar melhor os casos omissos, incorporando situações novas que o curso foi enfrentando ao longo do tempo. O **professor Leandro** passou à leitura e contextualização da minuta revisada. Nesse momento, chamou atenção para o primeiro ponto de discussão, relativo à modalidade prevista nas novas diretrizes denominada “projeto de desenvolvimento de produtos e serviços”, modalidade que ele não havia incluído expressamente no regimento. Esclareceu que a professora Cléia havia questionado essa omissão, sob o argumento de que se trata de tema relacionado à inovação. **O professor Leandro** observou, contudo, que não tinha segurança sobre a forma adequada de incluir essa modalidade no regimento do TCC, nem dispunha de conhecimento mais aprofundado sobre o seu significado prático no contexto do curso. Explicou que, além da produção acadêmica, do artigo científico e do relatório técnico, a nova diretriz curricular traz esse quarto formato, mas, em sua avaliação, o curso ainda não possui clareza suficiente quanto à sua operacionalização. O **professor Sergio** ponderou que esse tema se relaciona diretamente com a nova Dimensão 4, anteriormente discutida, especialmente pela aproximação com inovação. A **professora Maria Aparecida**, por sua vez, manifestou-se de forma cautelosa, afirmando que, embora reconheça que o curso poderia, em tese, cobrir essa possibilidade, o fato é que, na prática, o curso ainda não desenvolve esse tipo de trabalho. Segundo destacou, se essa modalidade fosse incluída, seria também necessário existir algum manual definindo como ela seria realizada e como seria avaliada. Na ausência dessa materialidade, defendeu que seria mais prudente não inserir algo que o curso ainda não faz e sobre o qual ainda não possui domínio suficiente, evitando “dar cobertura” a uma possibilidade ainda não consolidada. Ressaltou, contudo, que essa questão pode ser revista futuramente, quando houver mais propriedade sobre o tema. Na mesma linha, a **professora Maria Aparecida** recordou o caso do aluno Gustavo Rosa Januário, que, em momento anterior, iniciou um projeto relacionado ao desenvolvimento de um aplicativo contábil, sob orientação de docente da área de Administração Pública com formação em TI, o que, em sua avaliação, poderia se enquadrar perfeitamente nessa modalidade. Ainda assim, reiterou que o curso ainda não dispõe de materialidade suficiente para regulamentar isso adequadamente. O **professor Leandro** concordou com a colocação, afirmando que essa havia sido exatamente sua linha de raciocínio ao deixar a modalidade de fora da minuta. O **professor Sergio**, por sua vez, observou que esse é um ponto em que o Professor Alessandro também deverá se posicionar, já que a matéria ainda será levada ao Colegiado do Curso. Registrou, ainda, que pretende conversar com a Professora Cléia sobre o assunto, dada a ausência dela na reunião. O **professor Leandro** passou a outro ponto comentado pela professora Cléia, relacionado à possibilidade de aceitação de terceiros e/ou coorientadores, mencionando especificamente o caso do artigo do aluno Luan. Explicou que houve, naquele ano, situação em que o referido aluno elaborou artigo científico com participação de um professor substituto do curso e de um professor substituto da área de Administração, configurando situação de coorientação. Segundo relatou, o Regulamento da Graduação da Universidade permite TCC com coorientação, mas essa previsão não constava expressamente no regimento do curso. Em razão disso, o professor Alessandro solicitou a elaboração de parecer específico para embasar a aprovação do caso, o que foi feito, com recomendação favorável, considerando que ambos os professores eram vinculados à UFRRJ, com SIAPE, embora substitutos. O **professor Leandro** afirmou, inicialmente, que entendia não ser necessário incluir isso no regimento, já que se trata de situação esporádica e pouco comum, e que eventual novo caso poderia ser tratado, novamente, por parecer específico. Diante disso, o **professor Rodolfo** apresentou sugestão diversa, ponderando que poderia ser inserido ao menos um **artigo simples** no regimento prevendo a possibilidade de coorientação, desde que aprovada pela instância competente, a exemplo do que ocorre em diversos programas de pós-graduação. Em sua avaliação, bastaria um dispositivo prevendo a possibilidade de coorientação mediante aprovação pelo Colegiado do Curso ou pela Coordenação de TCC. O **professor Leandro** concordou com a sugestão, entendendo que ela resolveria a lacuna de forma simples. O **professor Sergio** consultou, então, se ele faria essa inserção, ao que o Professor Leandro respondeu afirmativamente. O **professor Rodolfo** acrescentou que encaminharia ao professor Leandro um modelo extraído do regimento da UFSC, utilizado em sua própria tese, para servir de base à redação desse dispositivo. A **Professora Maria Aparecida** pediu a palavra para levantar ponto que, segundo esclareceu, não era propriamente polêmico, mas merecia atenção: a quantidade de alunos por professor orientador. Relatou ter conversado recentemente com o professor Alessandro sobre caso específico e mencionou que ele observou a necessidade de se pensar um regimento que comportasse uma segunda entrada de orientações, destacando que o texto previa até cinco alunos por professor. A Professora Maria Aparecida ponderou que valeria a pena discutir se todos os docentes realmente estariam confortáveis com esse limite, já que, na prática, há forte concentração de alunos em alguns poucos professores, enquanto outros permanecem sem orientandos. Nessa linha, observou que o regimento, ao prever o número cinco, pode acabar reforçando essa concentração. Diante da extensão do tema e do horário avançado, o **professor Sergio** sugeriu que o Professor Leandro prosseguisse com a exposição dos itens previstos, deixando para o final os pontos adicionais levantados ao longo da discussão, inclusive esse. A **professora Maria Aparecida** concordou com o encaminhamento e pediu desculpas pela interrupção. Retomando a apresentação, o **professor Leandro** explicou que, na parte referente às obrigações do orientador, foi retirada a exigência do termo de compromisso do orientador, de modo que não seria mais necessário assinar aquele anexo no início do período. Em substituição, propôs-se que o professor apenas envie um e-mail à Comissão e à Coordenação confirmando seus orientandos, ou, alternativamente, responda ao e-

mail da Comissão concordando com os alunos designados para orientação. O **professor Sergio** manifestou entendimento de que essa solução ficou adequada. O **professor Leandro** destacou a parte do texto referente à IA lendo o trecho segundo o qual o orientador deverá acordar com o discente a forma de uso da ferramenta de IA generativa, assegurando a integridade da pesquisa acadêmica, a manutenção dos padrões éticos, a promoção da originalidade, da correta citação e da transparência nos trabalhos acadêmicos, em consonância com orientações institucionais da Universidade. Acrescentou também dispositivo no sentido de que o professor deverá submeter o trabalho a ferramenta de detecção de similaridade e plágio, avaliando o percentual de trechos coincidentes e, caso existam razões consistentes para supor ocorrência de plágio, comunicar a Coordenação. Na ausência de manifestações imediatas, registrou que ainda atualizaria esse trecho com base nas orientações recentemente publicadas pela UFRRJ. Ainda no tocante ao uso de IA e à verificação de integridade, o **professor Sergio** observou que talvez fosse importante prever também a atuação da banca, uma vez que, não raro, é nela que problemas dessa natureza são percebidos. O **professor Leandro** esclareceu que inseriu dispositivo prevendo justamente a possibilidade de a banca solicitar revisão da data da defesa, caso algum de seus membros identifique necessidade de reanálise do trabalho. O **professor Leandro** explicou que, na parte relativa ao aluno, houve condensação de documentos, reunindo em um único anexo o termo de responsabilidade do discente, a autorização para publicação e a declaração de ausência de plágio. Segundo destacou, com essa proposta, o orientador ficaria responsável apenas pela ata, enquanto o aluno apresentaria o documento unificado. O **professor Sergio** observou que isso efetivamente simplifica o processo. Prosseguindo, o **professor Leandro** trouxe ponto que considerou interessante, extraído de outro regimento, relativo à possibilidade de o aluno que participar de banca de TCC como ouvinte solicitar horas de atividades complementares. A **professora Maria Aparecida** observou que, atualmente, não há muita demanda por isso, embora, no período presencial, alguns alunos efetivamente utilizassem essa possibilidade. Comprometeu-se a verificar como essa matéria se encontra no regulamento de atividades complementares e, se necessário, provocar a inclusão correspondente. Em seguida, **o professor Leandro** passou ao ponto mais sensível da discussão: a questão da nota no TCC. Explicou que, no SIGAA, o TCC aparece no histórico do aluno apenas como “aprovado” ou “não aprovado”, sem nota, em conformidade com o regulamento da graduação, segundo o qual a nota do TCC não pode afetar o rendimento médio do aluno (CRA). Entretanto, nas defesas, a banca utiliza planilha interna de pontuação por itens, avaliando apresentação, formatação, clareza e demais aspectos do trabalho, justamente para auxiliar na deliberação sobre aprovação ou reprovação. Acrescentou que essa nota aparece na ata, mas não vai para o histórico acadêmico. Explicou, então, que a Professora Cléia havia questionado essa sistemática, perguntando se faria sentido manter nota em ata quando, formalmente, o TCC é apenas aprovado ou não aprovado. A **professora Maria Aparecida** observou que essa discussão já vinha sendo feita havia algum tempo, desde debates anteriores no NDE, e que agora estava efetivamente sendo levada ao papel. O **professor Leandro** ponderou que, para fins de deliberação, a nota facilita a definição do resultado, embora reconhecesse que ela não tem reflexo acadêmico formal no histórico do discente. O **Professor Sergio** manifestou entendimento de que a manutenção da nota na ata oferece ao menos um critério de solução em situações problemáticas. Em tom prático, observou que, se o trabalho obtiver nota 5, por exemplo, estaria aprovado; se obtiver 4, estaria reprovado, cabendo ao orientador avaliar, antes da banca, se vale a pena negociar com o aluno a postergação da defesa para aperfeiçoamento do texto. O **professor Rodolfo**, contudo, posicionou-se em sentido contrário. Afirmou não ver necessidade de nota, uma vez que ela não repercute no histórico e que a banca possui autonomia para deliberar diretamente se o trabalho está aprovado sem alterações, aprovado com necessidade de ajustes, ou reprovado, com necessidade de reapresentação em semestre posterior. Em sua visão, a nota pode produzir situações contraditórias, como a aprovação formal de trabalhos de baixa qualidade apenas porque atingem a média mínima. A **professora Maria Aparecida** reforçou essa crítica, relatando inclusive experiência anterior fora do curso, no âmbito do CEDERJ, em que atribuiu nota zero a um trabalho, mas viu o aluno aprovado em razão das notas atribuídas pelos demais membros da banca. A partir dessa experiência, ponderou que a atribuição de nota é bastante subjetiva e, muitas vezes, acaba favorecendo o aluno menos comprometido, que passa a trabalhar mirando a nota mínima para aprovação. Em sua avaliação, o procedimento que o curso já vem adotando, aprovação condicionada à entrega das correções apontadas pela banca, conforme registrado em ata, tem funcionado bem e pode ser suficiente sem necessidade de nota. Acrescentou que a nota tanto pode estimular o bom aluno quanto servir de referência mínima para o aluno que pretende apenas “passar”, o que torna a matéria bastante delicada. O **professor Sergio** ponderou que, mesmo sem a nota, sempre haverá um juízo da banca, mas reconheceu que a questão merecia amadurecimento maior. A **Professora Maria Aparecida** destacou que se trata de matéria a ser efetivamente deliberada pelo Colegiado do Curso, sugerindo que fossem construídas duas versões de texto: uma prevendo a nota e outra dispensando-a, para que o Colegiado pudesse votar entre as alternativas. O **professor Leandro** concordou com esse encaminhamento e comprometeu-se a elaborar as duas redações, a serem submetidas à deliberação colegiada. O **Professor Sergio** concordou com a proposta. Na sequência, o **professor Leandro** mencionou comentário da professora Cléia sobre o prazo de 10 dias, observando que a redação poderia ser aprimorada para constar “10 dias corridos a partir da defesa”, evitando ambiguidades em relação à data exata de lançamento, já que os alunos defendem em datas diferentes. O **Professor Sergio** registrou compreensão quanto ao ajuste sugerido. Retomando o ponto antes levantado pela Professora Maria Aparecida, relativo ao número de orientandos por professor, esta voltou a se manifestar defendendo que, considerando o histórico de matrícula e distribuição, talvez fosse mais razoável pensar em três alunos como número máximo por docente, e não cinco. Explicou que a concentração recorrente em alguns professores, especificamente mencionando a si própria, o Professor Leandro e o Professor Antônio Patrocínio, acaba sobrecarregando determinados docentes, enquanto outros permanecem sem orientações. Segundo observou, os alunos tendem a procurar sempre os mesmos professores, seja por afinidade, seja pela maior proximidade com a Comissão de TCC, deixando de buscar outros docentes. A **Professora Maria Aparecida** ressaltou que isso gera situação desgastante, pois os professores mais demandados acabam tendo de recusar orientações, embora muitas vezes não gostem de fazê-lo, enquanto outros colegas sequer são procurados. Mencionou, inclusive, que há docentes com grande

sobrecarga em outros cursos, como no CEDERJ, o que agrava ainda mais a situação. Para ela, seria importante que o regimento funcionasse também como instrumento para obrigar o aluno a buscar outros professores, distribuindo melhor as orientações. O **professor Leandro** concordou com a preocupação e afirmou que tentaria elaborar texto específico para essa matéria, a ser igualmente levado ao Colegiado. Acrescentou que já havia incluído no regimento previsão segundo a qual o professor deve participar da reunião de distribuição de orientações, e que, mesmo que não participe, pode ser designado para receber aluno para orientação, desde que o tema esteja dentro de sua área de expertise. Segundo explicou, a ideia é justamente conferir suporte à Comissão de TCC para distribuir melhor os orientandos, evitando que alguns professores assumam cargas excessivas enquanto outros se mantenham à margem do processo. A **Professora Maria Aparecida** reforçou esse ponto, observando que, muitas vezes, alguns docentes recusam a orientação sob o argumento de que o tema "não é sua área", sem, no entanto, estimular o aluno a adequar o recorte do trabalho a algo que possa ser por eles orientado. Para ela, é preciso enfrentar essa postura, sobretudo porque, no modelo atual, o sobrepeso acaba recaindo sempre sobre eles. Ao final, o **professor Sergio** propôs como encaminhamento que o Professor Leandro procedesse aos ajustes necessários no texto do regimento, especialmente nos pontos referentes à coorientação, ao uso da nota, ao número de orientandos e às demais adequações discutidas, para posterior encaminhamento e deliberação no Colegiado do Curso. O **professor Leandro** concordou com o encaminhamento. Encerrada a discussão do regimento, **o professor Sérgio** declarou concluído o item e consultou os presentes sobre eventual manifestação em assuntos gerais. Não havendo manifestações, o **professor Leandro** agradeceu ao Professor Sergio pela condução e apresentação do tema, ao que este respondeu cordialmente. Nada mais havendo a discutir, às dezoito horas e dez minutos a reunião foi encerrada. Eu, professor Sergio Correia Barbosa, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros presentes.

(Assinado digitalmente em 02/07/2026 17:31)
ANTONIO JOSE PATROCINIO PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCCF (12.28.01.00.00.00.00.08)
Matrícula: ###245#8

(Assinado digitalmente em 03/07/2026 10:01)
LEANDRO FERNANDES DE JESUS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCCF (12.28.01.00.00.00.00.08)
Matrícula: ###349#0

(Assinado digitalmente em 02/07/2026 15:02)
MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALCANTI MARQUES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCCF (12.28.01.00.00.00.00.08)
Matrícula: ###945#0

(Assinado digitalmente em 02/07/2026 19:30)
RODOLFO ROCHA DOS SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCCF (12.28.01.00.00.00.00.08)
Matrícula: ###097#1

(Assinado digitalmente em 14/07/2026 10:33)
SERGIO CORREIA BARBOSA
COORDENADOR CURS/POS-GRADUACAO - SUBSTITUTO
CoordCGCCont (12.28.01.00.00.00.00.01)
Matrícula: ###785#0

Visualize o documento original em https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **2921**, ano: **2026**, tipo: **ATA**, data de emissão: **02/07/2026** e o código de verificação: **2a36231072**